



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo:
Analista Previdenciário Sênior

028
NÍVEL SUPERIOR

Prova Objetiva
Aplicação: 2/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém vinte questões objetivas corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal da sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto no resultado da questão, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/9/2002.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

1. 3/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- 11 e 12/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- 16/11/2002 – Data provável de divulgação (após a apreciação de eventuais recursos) — no Diário Oficial do Estado do Paraná, nos locais mencionados no item 1, no hall de entrada da PARANAPREVIDÊNCIA e no endereço eletrônico <http://www.pr.gov.br/paranaprevidencia> — do resultado final da prova objetiva, da convocação para a avaliação de títulos para os cargos de nível superior e médio e do final do processo seletivo para os cargos de nível fundamental.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de encaminhamento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2002 – PR/PREVI, de 12/9/2002.
- Informações relativas ao processo seletivo poderão ser obtidas pelo telefone (0 XX) – 011 – 4403-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 20, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Nas questões de 1 a 3, que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 1

Acerca da Internet, julgue os itens subseqüentes.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Ao acessar a *site* da PARANAPREVIDÊNCIA por meio de um *browser*, Rogério encontrou à sua disposição diversos *hyperlinks* e, ao clicar com o botão esquerdo do *mouse* esses *hyperlinks*, diversas informações e outras páginas do *site* foram obtidas.

Nessa situação, é correto concluir que as páginas acessadas por Rogério foram desenvolvidas utilizando-se a linguagem de marcação denominada HTML.

2 O *relay chat* é um recurso da Internet que permite a troca de informações textuais *online* entre usuários.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Após uma pesquisa na Internet, em busca de informações para um trabalho escolar, José acessou uma página contendo diversas figuras. Utilizando recursos de copiar-colar, José tentou copiar e colar uma figura dessa página em um documento Word, no qual vinha digitando seu trabalho.

Nessa situação, José não obterá êxito, pois é impossível copiar e colar figuras dispostas em páginas da Internet. José somente poderia utilizar figuras obtidas em páginas da Internet se essas figuras estivessem em arquivos disponíveis para *download*.

4 Devido à largura de banda disponível na Internet, é impossível o *download* de arquivos de áudio pela Internet.

5 O Internet Explorer é um exemplo de *site* de busca na Internet.

QUESTÃO 2

A figura ao lado mostra a tela do monitor de um computador que utiliza o sistema operacional Windows 2000. Com relação a essa figura e ao Windows 2000, julgue os itens seguintes.

1 Por meio das teclas **Alt** e **Tab** é possível alternar entre os programas que estão sendo executados.

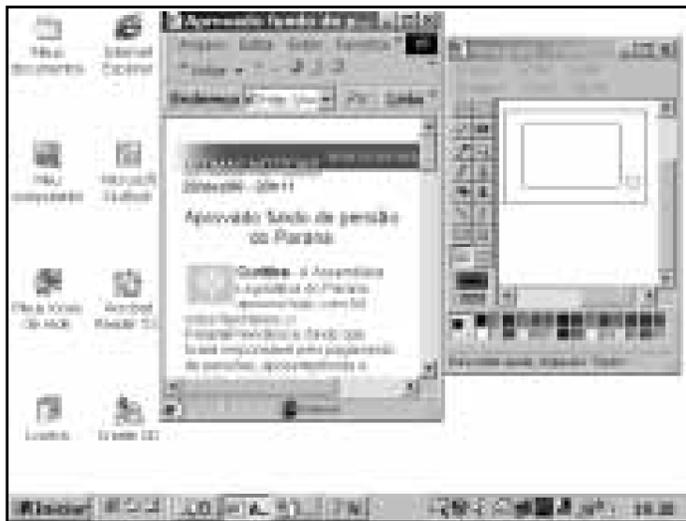
2 Um dos programas que estão sendo executados é um aplicativo acessório que já vem disponível no Windows 2000, denominado Paint.

3 É possível copiar a figura que está sendo editada no aplicativo Paint para um documento do tipo Word 2000.

4 Ao se clicar o ícone  será aberto o aplicativo

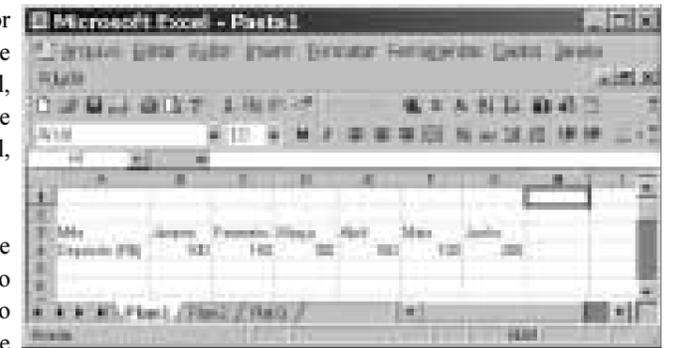
Windows Explorer, que permite, entre outras coisas, formatar o disco rígido do computador.

5 A partir da observação da barra de tarefas do Windows, é correto afirmar que apenas dois aplicativos estão abertos.



QUESTÃO 3

Para complementar sua renda após a aposentadoria, um trabalhador deposita certa quantia de reais a cada mês em uma caderneta de poupança. A planilha ao lado, elaborada pelo trabalhador no Excel, mostra os depósitos realizados nos seis primeiros meses em que ele iniciou esses depósitos. Com relação a essa figura e ao Excel, julgue os itens que se seguem.



1 Supondo que a caderneta de poupança tenha um rendimento de 0,7% ao mês, o saldo total da poupança do trabalhador após o depósito dos rendimentos do mês de junho poderá ser calculado corretamente e posto na célula H4 por meio da seguinte seqüência de ações: clicar a célula H4; digitar soma(B4:G4)*1,07.

2 Para se calcular a média aritmética dos números contidos nas células de B4 e G4 e pôr o resultado na célula H4, é suficiente clicar a célula H4 e, em seguida, clicar o botão .

3 Para se aplicar o estilo de moeda internacional às células de B4 a G4, é suficiente selecionar essas células e clicar o botão .

4 É possível mover os conteúdos das células de B4 a G4 para as células de B6 até G6, respectivamente, por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar as células de B4 a G4; clicar o menu **Editar** e clicar a opção Recortar; clicar a célula B6; clicar o menu **Editar** e clicar a opção Colar.

5 Para mesclar as células de B2 a G2, tornando-as uma só célula, que ocupe o lugar dessas seis células, é suficiente selecionar as células de B2 a G2 e clicar o botão .

QUESTÃO 4

A PARANAPREVIDÊNCIA é um ente de cooperação governamental do estado do Paraná para o cumprimento de suas obrigações de seguridade funcional e tem por finalidade gerir o respectivo sistema, segundo o regime de benefícios e serviços previstos na Lei estadual n.º 12.398/1998. Com relação à estrutura administrativa da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens seguintes.

1 O Conselho de Administração figura como órgão superior de gerenciamento, normatização e deliberação na estrutura organizacional da PARANAPREVIDÊNCIA.

2 A PARANAPREVIDÊNCIA sucederá o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (IPE) em todos os processos judiciais em que este figure como parte, inclusive litisconsorte, assistente ou oponente.

3 O presidente do Conselho Fiscal e o presidente do Conselho de Administração serão de livre escolha do diretor-presidente da PARANAPREVIDÊNCIA.

4 O diretor ou conselheiro que, durante o seu mandato, perder a condição de segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, se esta houver sido requisito de investidura no cargo, deverá concluir seu mandato caso falte menos de dois anos para o seu final.

5 Um servidor público do estado, para poder ser indicado como membro do Conselho de Administração, deverá contar com, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício em cargo público estadual.

QUESTÃO 5

Acerca do Plano de Benefícios previsto na Lei estadual n.º 12.398/1998, julgue os itens a seguir.

1 Um professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério no ensino superior terá seus requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos para aposentadoria por tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

2 Toda servidora terá direito à aposentadoria voluntária por implemento de idade ao completar 55 anos de idade.

3 A partir da data do óbito, o benefício de pensão por morte de segurado da PARANAPREVIDÊNCIA será devido a sua esposa.

4 Considere a seguinte situação hipotética.

Adriane recebe pensão por ausência pelo desaparecimento de seu marido, Paulo, que é segurado da PARANAPREVIDÊNCIA.

Nessa situação, caso Paulo reapareça, Adriane estará desobrigada de reembolsar as quantias recebidas.

5 Caso um segurado da PARANAPREVIDÊNCIA esteja preso, sua esposa terá o benefício de pensão por prisão suspenso, se o segurado fugir da prisão.

QUESTÃO 6

A respeito das contribuições previdenciárias, julgue os itens abaixo.

- 1 Um servidor ativo, titular de cargo efetivo, que, em 1998, contava com 55 anos de idade tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para compor o Fundo de Previdência.
- 2 Uma servidora ativa, titular de cargo efetivo, que em 1998 contava com 42 anos de idade, tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para a composição do Fundo Financeiro.
- 3 Um servidor, ocupante exclusivamente de cargo comissionado no governo do estado do Paraná, deverá ter sua contribuição previdenciária retida e repassada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 4 Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública da União, onde é segurado do regime próprio dos servidores públicos federais, terá sua contribuição destinada ao regime de origem.
- 5 Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública de um município que não possua regime próprio de previdência para seus servidores, terá sua contribuição destinada ao INSS.

QUESTÃO 7

Julgue os itens a seguir, relativos ao estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 A PARANAPREVIDÊNCIA tem sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do estado do Paraná.
- 2 Em outros estados federados, a instituição não poderá credenciar representantes.
- 3 O exercício financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA inicia-se em março.
- 4 A PARANAPREVIDÊNCIA vincula-se, como ente de cooperação governamental, ao secretário especial para assuntos de previdência.
- 5 A PARANAPREVIDÊNCIA tem por finalidade gerir o sistema de seguridade funcional do estado do Paraná.

QUESTÃO 8

Julgue os itens a seguir, relativos ao Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

- 1 É integrado por dez conselheiros efetivos e cinco suplentes.
- 2 Todos os conselheiros são escolhidos pelo governador do estado.
- 3 O presidente do conselho tem voz e voto, inclusive o de desempate.
- 4 O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses.
- 5 Uma pessoa com formação de nível médio poderá ser conselheiro de administração se tiver reconhecida capacidade em seguridade.

QUESTÃO 9

Com base na legislação pertinente à compensação previdenciária entre regimes de previdência, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Em seu texto original, a Lei n.º 9.796/1999 dispunha apenas acerca da compensação financeira entre o regime geral de previdência social (RGPS), gerido pelo INSS e os regimes próprios de previdência social, dos servidores de todos os entes federativos.
- 2 O regime de origem é o regime de previdência responsável pelo pagamento da compensação previdenciária.
- 3 O regime instituidor é o regime de previdência responsável pelo pagamento do benefício ao segurado ou servidor, tendo o direito de receber a compensação financeira do regime de origem.
- 4 A compensação financeira devida pelo RGPS será reajustada utilizando-se os mesmos critérios aplicados pelo regime instituidor que paga o benefício.
- 5 Todos os valores devidos a título de compensação financeira pelos regimes de origem devem ser pagos em dinheiro no ato da concessão da mesma, devendo o pagamento ser efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente.

QUESTÃO 10

Acerca da compensação financeira, julgue os seguintes itens.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Célio trabalhava no governo do estado do Paraná como servidor público titular de cargo efetivo, possuindo tempo de contribuição devidamente averbado, em função de certidão expedida pelo INSS. Quando, ainda em plena atividade, e após ter sido efetuada a averbação, ocorreu o falecimento de Célio.
Nessa situação, o governo do estado do Paraná será obrigado a conceder a pensão e poderá requerer e receber a compensação referente ao período do tempo efetivamente averbado.
- 2 O tempo de contribuição concomitante não será objeto de compensação financeira entre os regimes de previdência.
- 3 Os regimes próprios de previdência, quando instituidores, devem apresentar ao INSS, referente a cada benefício concedido com base em tempo de contribuição vertida ao RGPS, apenas as seguintes informações e(ou) documentos:
I dados pessoais e documento necessário à comprovação da condição do segurado perante o RGPS;
II data do início do benefício;
III percentual do tempo de contribuição para o RGPS, em relação ao tempo total;
IV cópia de certidão de tempo de serviço ou de contribuição fornecido pelo INSS.
- 4 O valor da compensação devida pelo INSS sempre será calculada com base no valor da aposentadoria que o servidor recebe junto ao regime próprio.
- 5 Os casos de aposentadoria por invalidez, quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, não são passíveis de compensação financeira.

QUESTÃO 11

Julgue os itens a seguir com base na legislação vigente.

- 1 Não se aplica a compensação previdenciária para benefícios concedidos a partir de 8/2/1999, se os regimes próprios não se enquadrarem nos termos da Lei n.º 9.717/1998 e posterior regulamentação.
- 2 O tempo de atividade rural certificada pelo INSS em qualquer época será objeto de compensação sem qualquer restrição.
- 3 O processamento da compensação previdenciária será operacionalizado via sistema de compensação previdenciária sob a responsabilidade do INSS.
- 4 A compensação previdenciária caracteriza-se pelo repasse mensal do regime de origem ao regime instituidor do valor devido em relação a cada aposentadoria com direito a compensação. Enquanto a aposentadoria for mantida no regime instituidor, haverá necessidade de se efetuar o pagamento mensal da compensação.
- 5 Caso seja emitida pelo INSS uma certidão de tempo de contribuição com quinze anos, mas sejam averbados apenas dez anos em virtude de o restante do período ser concomitante, quando for requerida a compensação pelo regime próprio, apesar da averbação de dez anos, poderá ser requerida e aprovada a compensação de todos os quinze anos.

QUESTÃO 12

Considerando a legislação que regula o certificado de regularidade previdenciária (CRP), julgue os itens abaixo.

- 1 O CRP é o documento que comprova a regularidade do regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo perante o RGPS do INSS.
- 2 O CRP será fornecido pelo MPAS, por meio da sua página na Internet, tendo validade por 180 dias e possuindo numeração única.
- 3 O CRP é exigido, entre outras, nas seguintes situações: na realização de transferência voluntária de recursos da União, excetuadas as relativas às ações de educação, saúde e assistência social; na liberação de recursos, empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; no pagamento da compensação financeira devida pelo RGPS.
- 4 Na fase inicial de emissão do CRP, entre outros aspectos, os regimes próprios estavam sendo avaliados com relação ao cumprimento dos seguintes critérios, conforme previsto na Lei n.º 9.717/1998 e sua regulamentação: caráter contributivo na forma do art. 40 da Constituição da República; cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargo efetivos, a militares e a seus respectivos dependentes; existência de conta de regime próprio de previdência social, distinta da conta do Tesouro.
- 5 A partir de 1.º/1/2003, para a emissão do CRP aos regimes próprios, passará a ser avaliado o critério relativo à vedação de concessão de benefícios distintos do RGPS, ressalvados os previstos no art. 40 de Constituição da República.

QUESTÃO 13

Medeiros, segurado ativo da PARANAPREVIDÊNCIA, sofreu acidente no trabalho, tendo sido considerado definitivamente incapacitado para o cargo público por deficiência física e necessitando de assistência permanente de outrem.

Considerando a situação hipotética acima e a legislação previdenciária paranaense, julgue os itens a seguir, relativos ao benefício de aposentadoria por invalidez permanente.

- 1 A aposentadoria por invalidez permanente só é concedida ao segurado inativo que for considerado incapacitado por motivo de deficiência mental.
- 2 Medeiros terá direito a proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- 3 Medeiros terá direito a acréscimo de 25% por necessitar de assistência permanente de outrem.
- 4 Medeiros terá direito a aposentadoria por invalidez permanente desde o momento em que sofreu o acidente.
- 5 A hanseníase e a neoplasia maligna são consideradas doenças graves contagiosas que ensejam proventos integrais.

QUESTÃO 14

Julgue os itens que se seguem, relativos aos critérios para os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos estados, com base na legislação previdenciária federal (Lei n.º 9.717/1998) e nas portarias ministeriais correspondentes (Portaria MPAS n.º 4.992/1999 e suas alterações).

- 1 Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, e dos militares dos estados e do DF deverão ser organizados com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.
- 2 A realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se de parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios, constitui critério a ser respeitado pelos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.
- 3 O financiamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos deverá ocorrer mediante recursos provenientes da União, dos estados, do DF e dos municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
- 4 A cobertura dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos deverá incluir os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os militares, e seus respectivos dependentes, de cada ente estatal e qualquer pessoa que queira aderir ao plano mediante prévia contribuição.
- 5 É permitido pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, em colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

QUESTÃO 15

Acerca da organização dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, julgue os seguintes itens.

- ❶ O regime de previdência social dos servidores públicos do estado do Paraná deve ser organizado de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.
- ❷ Os recursos provenientes de contribuição previdenciária do pessoal ativo do estado pode ter outro destino que não a utilização para pagamento de benefício previdenciário.
- ❸ É critério exigível para o regime de previdência social estatal a cobertura exclusiva a seus servidores públicos, titulares de cargos efetivos e militares e a seus respectivos dependentes.
- ❹ É permitida a realização de convênio entre os estados para pagamento de benefícios previdenciários.
- ❺ Para organização e funcionamento do regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares dos estados e do Distrito Federal (DF) é requisito adicional haver receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros legais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União.

QUESTÃO 16

Julgue os itens abaixo.

- ❶ Os recursos para financiamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União dos estados, do DF e dos municípios provêm, exclusivamente, da União, dos estados, do DF, dos municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, para os respectivos regimes.
- ❷ Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos do estado do Paraná estão sujeitos a inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial de órgãos de controle interno e externo.
- ❸ A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares pode atingir, a qualquer título, o triplo da contribuição dos segurados.
- ❹ O descumprimento das regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos estabelecidas na Lei n.º 9.717/1998 implica a suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
- ❺ A faculdade concedida aos estados de constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, submete-se ao princípio da legalidade.

QUESTÃO 17

Julgue os itens subsequentes.

- ❶ O estado pode utilizar os recursos do regime próprio de previdência social para fins de assistência médica e financeira.
- ❷ Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social do estado que infringirem as disposições da Lei n.º 9.717/1998 estarão sujeitos, entre outras sanções, a inabilitação definitiva para o exercício do cargo de direção que ocupem.
- ❸ O descumprimento do disposto na Lei n.º 9.717/1998 pelo estado implica, entre outros, em suspensão das transferências voluntárias de recursos da União.
- ❹ No caso de extinção do regime próprio de previdência social, o estado assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção.
- ❺ Os dados do Sistema de Óbitos (SISOB) do INSS não são disponibilizados aos estados que mantêm regime próprio de previdência social, em face da possibilidade de quebra de sigilo sobre a intimidade das pessoas.

QUESTÃO 18

Com relação às modificações trazidas pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, que estabeleceu o regime de transição, julgue os itens seguintes.

- ❶ Na aposentadoria de magistrado, homem, que tinha quinze anos de efetivo exercício no cargo de desembargador na época da publicação da referida emenda, o tempo de serviço é contado com o acréscimo de 17%.
- ❷ Do servidor homem, que tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, é exigido apenas ter 53 anos de idade para aposentar-se com proventos proporcionais.
- ❸ Os proventos de aposentadoria proporcional são equivalentes a 70% do valor da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, acrescidos de 10% a cada dois anos de contribuição que supere trinta anos de efetiva contribuição, até o limite de 100%.
- ❹ O servidor que cumprir todas as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas pelas regras de transição e continuar no exercício do cargo tem direito a até 50% de isenção da contribuição previdenciária, até completar sessenta anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher.
- ❺ As regras de transição para aposentadoria dos servidores públicos abrangem aqueles que tenham ingressado regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta, autárquica e fundacional, até a data da publicação da emenda, cumpridas as condições estabelecidas.

Texto I – questões 19 e 20

O regime próprio de previdência social do município de Chapecó abrange apenas os servidores titulares de cargo efetivo. Seu saldo financeiro é de R\$ 3.000.000,00 e ele possui um órgão deliberativo composto por cinco membros, todos escolhidos e nomeados pelo prefeito, sendo três servidores públicos municipais e duas pessoas da sociedade local. O município de Chapecó celebrou, em 27/11/1995, convênio com o governo do estado de Santa Catarina, visando à concessão, por esse estado, das pensões por morte aos dependentes dos servidores municipais. O regime de previdência municipal presta assistência médica e financeira com os recursos oriundos da respectiva taxa de administração.

QUESTÃO 19

Com base na situação hipotética descrita no texto I, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Caberá ao órgão deliberativo do regime próprio de previdência social estabelecer as regras de aplicação financeira do saldo financeiro.
- ❷ Desde que não ultrapasse aos 2% do valor total da remuneração dos servidores municipais, o regime de previdência de Chapecó poderá continuar a prestar assistência médica com os recursos da taxa de administração.
- ❸ O contrato de assistência financeira entre o regime de previdência de Chapecó e um servidor desse município, celebrado em 20/12/1996, deverá ser mantida, sendo vedada sua renovação.
- ❹ A composição do órgão deliberativo infringe a Lei n.º 9.717/1998, por não possuir membro que represente os servidores públicos municipais.
- ❺ O servidor titular de cargo efetivo de Chapecó que for cedido para ocupar cargo em comissão nesse município continuará vinculado ao regime de previdência municipal.

QUESTÃO 20

Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto I, julgue os itens abaixo.

- ❶ Caso o município de Chapecó pretenda extinguir o regime próprio de previdência social, deverá, necessariamente, fazê-lo por lei.
- ❷ A partir de 16/12/1998, o município de Chapecó deveria filiar ao regime geral de previdência social os servidores titulares de cargo efetivo da União que estivessem cedidos ao município para ocupar cargo em comissão, mesmo que, à época, a União possuísse regime próprio de previdência social.
- ❸ Quando um servidor efetivo de Chapecó aposentar-se pelo respectivo regime próprio de previdência social, poderá acumular os proventos desse benefício com a aposentadoria superveniente de outro regime próprio de previdência social, ainda que proveniente de cargo inacumulável.
- ❹ Extinto o regime próprio de previdência social do município de Chapecó, os seus servidores titulares de cargo efetivo serão vinculados ao regime geral de previdência social.
- ❺ O saldo financeiro de R\$ 3.000.000,00 deverá ser depositado em conta diferente da conta do tesouro do município de Chapecó.